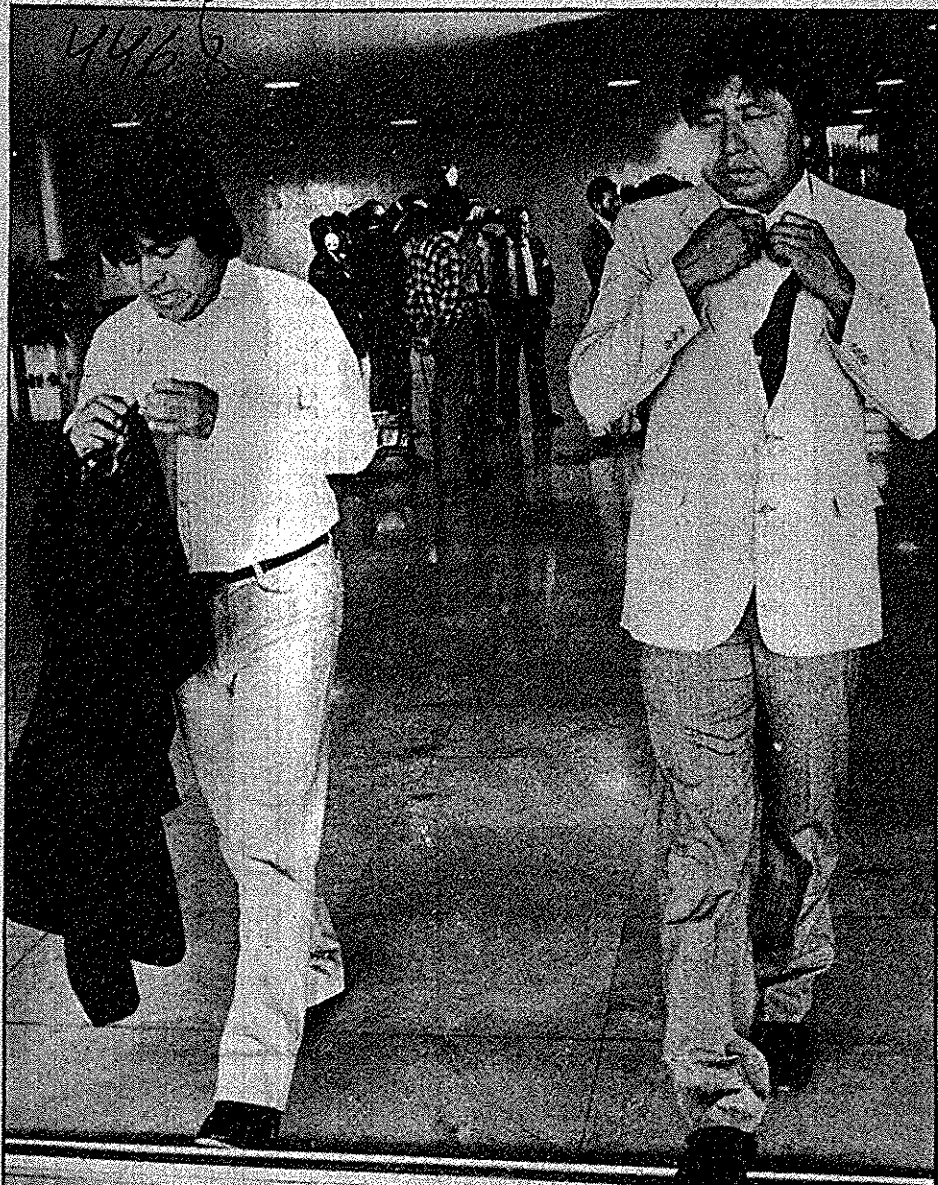


FRANCISCO GUALBERTO



Terena (E) e Megaron foram ao Planalto agradecer as ações do governo

Sucessão na Funai divide os índios

A indicação do superintendente da Funai, Gerson da Silva Alves, para a presidência do órgão no próximo governo, feita pelo deputado Mário Juruna (PDT-RJ) ao presidente Tancredo Neves, provocou um racha entre as lideranças indígenas e atropelou outras que chegaram a esta capital, gerando forte descontentamento em vários correntes do indigenismo.

Durante o período da manhã, o deputado levou vários índios que se encontram em trânsito nesta capital até a Comissão do Índio na Câmara dos Deputados para lhes apresentar a sua proposta. Entre o grupo havia Xavante, Terena Karajá, Krahô e Suyá, que não representam as verdadeiras lideranças indígenas do País. Mário Juruna, contudo, garantiu que o seu candidato conta com o apoio dos quase 200 mil índios brasileiros. Segundo ele, o contador Gerson da Silva Alves, a quem atribui o título de indigenista, tem uma larga experiência no trato da questão indígena, pelos seus 12 anos de serviço prestado ao órgão tutelar, passando por sete diferentes administrações.

Já na opinião dos indigenistas, Gerson Alves representa o continuísmo, o paternalismo, numa postura que não mais se adequa aos dias de hoje, considerando a participação dos índios na mudança da política que vem marcando as ações da Funai neste final de governo. No entendimento dos técnicos, a indicação de Mário Juruna tem como objetivo possibilitar-lhe, indiretamente ou não, o poder de gerir o órgão tutor

impedindo que haja o fim das facilidades que até agora tem lançado. Um clássico exemplo citado é o fato da sua mulher, Doralice Carvalho de Siqueira, estar sendo beneficiada com um salário de Cr\$ 1.513.718, desde setembro do ano passado, ocupando o cargo de secretária III, sem nunca ter comparecido de fato ao trabalho. Questionam também proibidade do deputado, uma vez que não ficou esclarecido o episódio no qual ele teria recebido um cheque de Cr\$ 30 milhões do coordenador da campanha política do deputado Paulo Maluf. Igualmente não esquecem a sua declaração afirmando, no auge da crise envolvendo os Patxô Hã-Hã-Hãe, no sul da Bahia, que aquela comunidade não era indígena.

Diante de tantas contradições, segundo os indigenistas consultados, a indicação de um candidato pelo deputado Mário Juruna assume um caráter personalista, não representando fielmente o anseio de todos os povos indígenas. Para o índio Daniel Coxini, diretor do Parque Indígena do Araguaia, onde vivem os Karajá, "não interessa quem será o próximo presidente da Funai. Nós temos uma renda que supera o valor do orçamento da Funai em dez ou quinze vezes. Então, a única coisa que nos interessa é continuar resguardando o nosso território, porque durante 17 anos nunca ninguém se preocupou com a nossa fazenda, com a saúde ou com a educação. Um nome de consenso será muito difícil".

Ao contrário de Daniel Coxini, o diretor do Parque

Indígena do Xingu, Megaron (sobrinho do cacique Raoni, dos Txucarramãe), defende uma consulta a todas as lideranças. Ele não apóia Gerson da Silva Alves, alegando que "não sei se meus parentes apoiariam. Tenho de reunir todas as lideranças do Parque, conversar com seu tio para saber se todos estão de acordo com Jurauna. Eu ainda não tenho candidato", justificou.

A mesma posição tem o chefe do gabinete da Funai, Marcos Terena, que defende uma ampla consulta aos "verdadeiros caciques", aos "grandes chefes", antes da indicação de qualquer candidato. As desavenças entre Mário Juruna e Marcos Terena são bastante claras mas, assim mesmo, o chefe do gabinete da Funai acredita apenas que o deputado precipitou o assunto, pois "um governo democrata deveria dar oportunidade aos índios participarem na escolha do presidente". Ele ressalta a necessidade de disciplinar esta questão, de acordo com a vontade dos caciques.

Enquanto Mário Juruna busca apoio para seu candidato, outros nomes de consenso começam a surgir. Dentre eles, índios e indigenistas destacam-se o do pró-reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Alvaro Reinaldo de Souza, o do ex-deputado federal Modesto da Silveira, que presidiu a subcomissão do índio na Comissão do Interior da Câmara dos Deputados e o do antropólogo e atual diretor do Museu do Índio, Carlos Moreira Neto.

Terena e Megaron contra Juruna

O chefe de gabinete da Funai, índio Marcos Terena, e o líder Txucarramãe, e diretor do Parque do Xingu, cacique Megaron, discordaram da indicação do nome de Gerson Alves da Silva à presidência da Fundação Nacional do Índio, feita pelo deputado-cacique Mário Juruna ao presidente eleito Tancredo Neves, que deverá indicar o sucessor do atual presidente, Nelson Marabuto, depois de 15 de março próximo.

Segundo explicou Marcos Terena, a indicação do novo presidente da Funai "não deve partir unilateralmente" do deputado Mário Juruna, alegando que essa pessoa deverá ser referendada, pelo menos, por 50 das 180 lideranças indígenas existentes no País.

Já o cacique Megaron disse que o nome de Gerson Silva é uma sugestão "apenas" de Mário Juruna, e esta não deverá prevalecer quando da escolha do novo dirigente da Funai. Segundo ele, a maioria dos chefes indígenas deseja participar da indicação do futuro presidente e, nesse sentido, haverá brevemente uma reunião dessas lideranças que, de comum acordo, apresentarão a pessoa de sua preferência.

AGRADECIMENTO

Os dois índios estiveram ontem no Palácio do Planalto para agradecer a pronta ação do governo no tocante a uma série de problemas envolvendo terras indígenas, a começar pela não publicação

do decreto presidencial que autorizava empresas privadas a explorarem a mineração nas reservas, e o recente decreto que demarcou terras da tribo Apinajé, ao norte de Goiás.

Eles foram recebidos pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, e aproveitaram a oportunidade para reivindicar a urgente demarcação da reserva dos índios Paracanás, localizada nas cercanias da hidrelétrica de Tucuruí.

Como resposta, Leitão de Abreu não descartou a possibilidade de o presidente João Figueiredo assinar o decreto antes de terminar o seu mandato, uma vez que a matéria se encontra pronta para ser encaminhada à sua sanção.